



## **Destaque Rural nº 105**

04 de Novembro de 2020

### **INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS INTERNOS EM CABO DELGADO – UM DESAFIO NACIONAL**

João Feijó, Yussuf Adam e Jerry Maquenzi<sup>1</sup>

#### **1. INTRODUÇÃO**

A partir de Fevereiro de 2020, com a intensificação das acções militares no Nordeste de Cabo Delgado, vem-se assistido à deslocação massiva de indivíduos para zonas mais seguras, sobretudo para Sul ou para o distrito de Mueda. As famílias deslocadas procuram fundamentalmente segurança e ajuda alimentar. Outros deslocam-se para a província de Nampula (particularmente em Rapale, Namialo) e Niassa (cidades de Lichinga e Cuamba), havendo registos de famílias deslocadas na Zambézia e na vizinha Tanzânia.

Depois de se realizar uma análise geral das condições de assentamento populacional das famílias deslocadas (em termos de apoio humanitário e de relacionamento com as populações locais), este Destaque Rural procura reflectir sobre a relação entre estes movimentos populacionais e as dinâmicas estratégicas do conflito militar. Num segundo momento, pretende-se apresentar os principais desafios que se colocam às autoridades, em termos de reassentamento das populações, e algumas sugestões conducentes à integração socioeconómica dos deslocados e de atenuação do conflito.

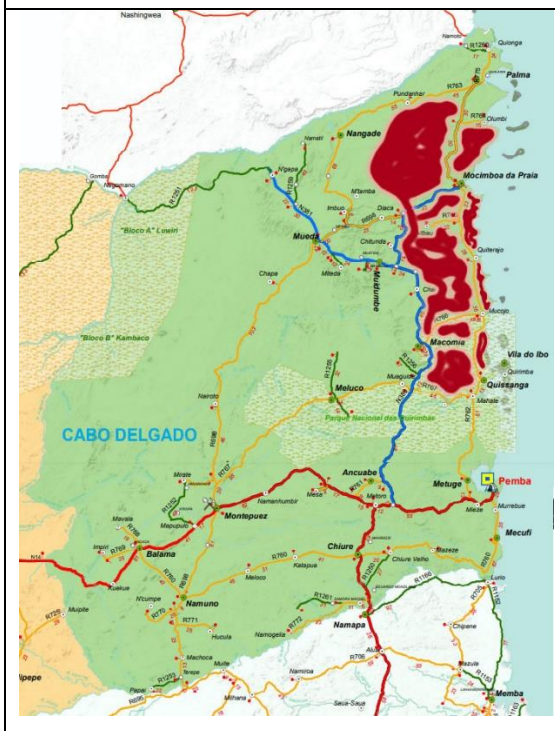
#### **2. CONFLITO MILITAR, DESLOCADOS INTERNOS E REASSENTAMENTO**

Ao longo do último semestre assistiu-se a um alastramento da acção de insurgentes armados pelo Nordeste de Cabo Delgado, que passaram a ocupar grande parte dos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga, Palma, Nangade e Muidumbe (ver mapa 1).

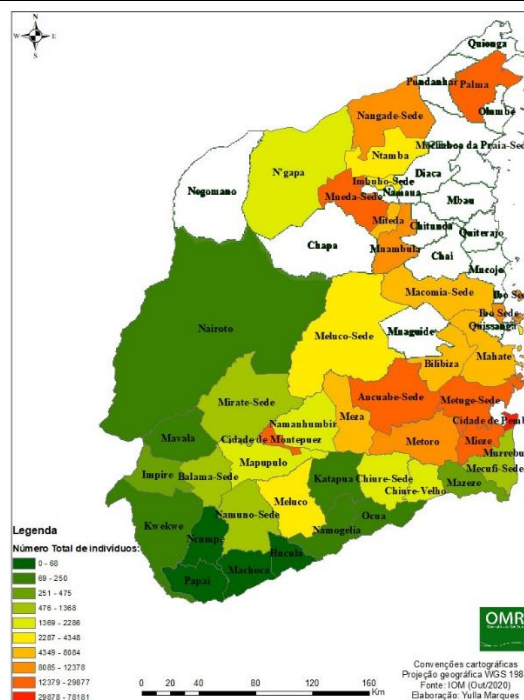
---

<sup>1</sup> João Feijó é sociólogo, Doutor em Estudos Africanos e investigador coordenador do OMR; Yussuf Adam é historiador, Doutor em Ciências Sociais pela Roskilde University, na Dinamarca e investigador associado do OMR; e Jerry Maquenzi é licenciado em Economia e investigador do OMR.

**Mapa 1: Zonas de relatos de presença de insurgentes armados (Out /2020)**



**Mapa 2: Distribuição de indivíduos deslocados internos, em Cabo Delgado (Out/2020)**



### a) Zonas de concentração de deslocados

A situação de insegurança despoletou amplos movimentos populacionais na província. Dados do IOM de Outubro de 2020 registavam 302.210 deslocados internos só em Cabo Delgado (ver mapa 2), com maior incidência na cidade de Pemba (78.181 deslocados), distritos de Metuge (38.325), Montepuez (36.000), Ancuabe (31.816) e Mueda (21.387).

Em Pemba, regista-se a chegada de dezenas de embarcações sobrelotadas à praia de Paquitequete, mais intensamente a partir do mês de Outubro, com milhares de indivíduos deslocados, frequentemente desidratados, com problemas de vómitos e diarreias, medo, insegurança e incerteza em relação ao futuro.

Os que dispõem de contactos nos lugares de chegada tendem a ficar hospedados em casa de familiares, conhecidos e amigos, gerando-se um processo de densificação populacional e sobrecarregando as famílias de acolhimento, já de si descapitalizadas pelos efeitos do ciclone Kenneth, do conflito e pela interrupção de redes de comércio com o nordeste da província. Os restantes, tendem a ficar concentrados num local, mais ou menos, público, aguardando reassentamento por parte das autoridades.

No distrito de Metuge, os indivíduos foram reassentados nos átrios dos recintos escolares, aproveitando o respectivo encerramento, em resultado da pandemia, mas também próximos de instalações abandonadas, entre outros locais. A população foi

sendo encaminhada para locais específicos, em função da aldeia de origem, formando-se múltiplos pequenos assentamentos fortemente densificados, sem qualquer esforço de integração na comunidade em redor. Nos assentamentos mais antigos verifica-se a existência de tendas de lona, com o símbolo de organizações associadas à ajuda internacional, onde, em cerca de 15 m<sup>2</sup>, se instalam duas famílias. Estas tendas coexistem com abrigos mais precários, feitos em cartão, traduzindo os diferentes períodos de chegada e a diferenciação social. A ociosidade é o fenómeno mais comum, alimentando situações de impaciência.

Em Montepuez não se verificou a concentração de refugiados em unidades escolares e respectiva transformação em centros de acolhimento. Montepuez constituiu um local de trânsito para diversos locais, sendo que muitos deslocados solicitaram, arrendaram ou adquiriram áreas para residir. O governo local distribuiu bicicletas, vestuário, telefones e insumos agrícolas a mulheres e outros deslocados, havendo relatos de não abrangidos, assim como a percepção de que apenas os residentes de algumas aldeias foram beneficiados.

Já nos distritos de Muidumbe e de Mueda, os campos de deslocados são inexistentes ou residuais, sendo que grande parte dos indivíduos oriundos de Mocímboa ou de Macomia foram absorvidos por familiares, amigos e conhecidos, integrados nas aldeias de origem ou ocuparam residências desabitadas, pertencentes a famílias que se haviam deslocado para Sul, para Pemba ou Nampula.

A decisão de permanecer num local ou de partir para outro depende dos apoios existentes no terreno (de familiares ou das autoridades), dos preços dos talhões e da capacidade económica e do sentimento de segurança, abalado por rumores de ataques iminentes.

### **b) Apoio humanitário**

Inúmeras famílias perderam gado, colheitas e todos os seus bens, incluindo familiares (vítimas de raptos ou de assassinatos), encontrando-se em situação de profunda vulnerabilidade.

Como em todas as situações de emergência, assiste-se, no terreno, à actuação de inúmeras Organizações Não Governamentais e de Organizações das Nações Unidas, assim como cidadãos de boa vontade, nem sempre em coordenação. A grande quantidade de pessoas deslocadas, as necessidades das populações e os problemas logísticos no terreno dificultam a coordenação dos vários agentes humanitários. Os funcionários do Estado e trabalhadores das diferentes organizações referem-se a um estado de cansaço físico e emocional devido à gravidade dos problemas. As organizações humanitárias recebem queixas diárias de situações de maus tratos, protagonizadas quer por machababos, quer por militares, polícias ou milicianos.

No terreno constata-se um trabalho de instalação de rede de água, de saneamento e ajuda alimentar. O Programa Mundial de Alimentos, a Cáritas, várias organizações muçulmanas e inúmeros empresários individuais têm organizado campanhas de distribuição alimentar, sabão, roupa e outros artigos de primeira necessidade.

No campo da saúde constata-se problemas de pequenos ferimentos e fadiga (sobretudo entre recém-chegados), malária e diarreias, geralmente assistidas por Agentes Polivalentes Elementares (APE), mas também problemas psicossociais, resultantes da vivência de situações traumáticas. Em Metuge estão presentes agentes dos Médicos Sem Fronteiras. De acordo com psicólogos entrevistados no terreno, a situação de desocupação e de falta de perspectivas de futuro alimenta fenómenos de depressão. Entre os jovens do sexo masculino, a inexistência de fontes de rendimento e a falta de oportunidades de criação de actividades económicas é geradora de stress, sobretudo pela incapacidade de prover sustento da família e de jovens esposas. Nos campos de refugiados mais antigos foram identificados animadores sociais realizando actividades com crianças e jovens adultos. Refira-se que a situação de deslocados dificulta a realização de rituais de iniciação, constatando-se o endividamento de famílias sem recursos com vista ao cumprimento da transição.

### **c) Relação dos deslocados com as populações locais**

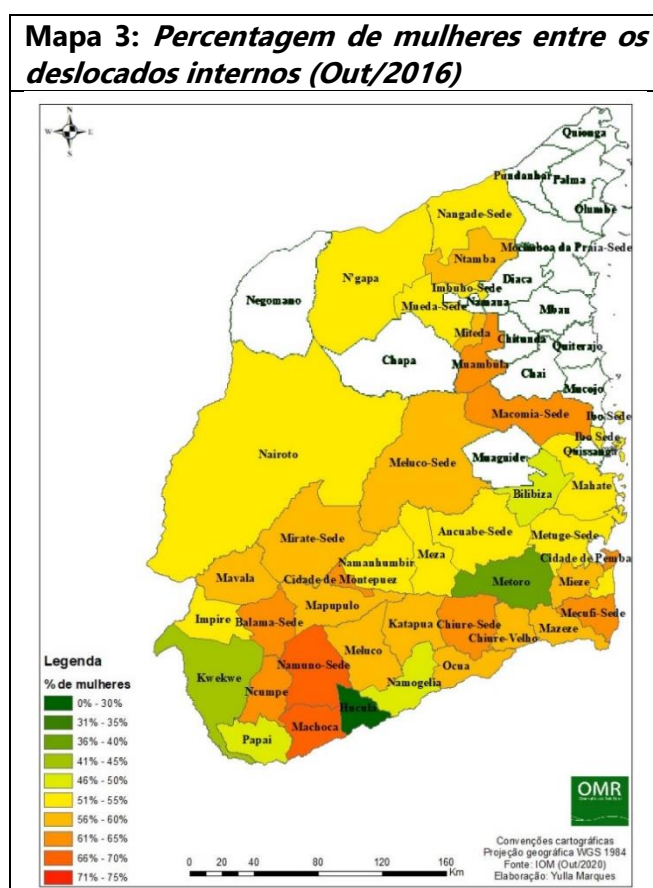
A chegada repentina de milhares de famílias fugidas de um conflito armado tem um impacto nos locais de acolhimento.

Em primeiro lugar, pela forte pressão sobre recursos naturais, nomeadamente terrenos, água, estacas para construção de residências e lenha, forçando as populações a percorrer maiores distâncias. Em diversos locais foram observadas obras do FIPAG de alargamento da rede de acesso a água, o que vai atenuando o problema. A pressão populacional leva à criação de latrinas junto de residências locais, provocando situações de mal-estar e de tensão, registando-se histórias de ataques e destruição de latrinas. A realidade é que, nesta situação de emergência, os "*donos da terra*" não foram consultados, sentindo-se ameaçados de perda de terrenos e recursos.

Em segundo lugar, a construção de centros de reassentamento provisórios em povoados e sedes de posto administrativo aumenta a densificação populacional. O apoio alimentar (farinha, arroz e feijão) às populações recém-chegadas gera situações de inveja entre os "*donos da terra*", que não deixam de estar afectadas pela densificação populacional. A presença de uma grande concentração de deslocados com acesso a bens alimentares é geradora de oportunidades de negócio para as populações autóctones. O facto de os primeiros não terem acesso a lenha ou hortícolas despoleta, nos segundos, oportunidades de negócio, assistindo-se a práticas de troca desigual, onde um balde de farinha ou de arroz é trocado por um balde igual de folha de feijão ou de abóbora. A população local cria as suas bancas junto aos locais de reassentamento, com vista a

explorar oportunidades de negócio junto de populações que recebem apoio alimentar. Relatos de voluntários de organizações de caridade revelam o surgimento de fenómenos de prostituição, para sustento da família.

Em terceiro lugar, são evidentes situações de desconfiança por parte das populações locais em relação à população deslocada. Em diversos locais, a presença maioritária de mulheres entre a população deslocada – particularmente evidente em Montepuez, Pemba ou Namuno (ver mapa 3), alimenta desconfianças relativamente ao envolvimento dos maridos com os grupos de insurgentes.



As populações entrevistadas em Metuge, maioritariamente macuas, referiram que são chamados de alshababs pelos “donos da terra”. Esse estigma foi observado em Montepuez, particularmente em relação à população mwani deslocada, maioritariamente mulheres (ver mapa 3). Em estabelecimentos de alimentação e bebidas foram observados jovens locais, alcoolizados, chamando indivíduos mwanis de alshababs. Relatos de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres mwanis, oriundas dos bairros Milamba e Nanduadua (em Mocímboa da Praia), com capacidade de aquisição de terrenos e construção de casas, são geradores de desconfiança e vigilância por parte das populações. Relatos de indivíduos deslocados revelam o sentimento de insegurança por deter um documento de identificação que revele residência em Mocímboa da Praia, uma vez que pode despoletar situações de

oportunismo por parte de agentes da autoridade. Toda esta situação alimenta fenómenos de islamofobia.

Em Metuge, foram relatados conflitos entre a polícia e indivíduos reassentados, alegadamente pela utilização de música alta e de práticas de controlo policial mais apertado.

### **3. REASSENTAMENTOS POPULACIONAIS E ESTRATÉGIA MILITAR**

Na realidade assiste-se à contenção de dezenas de milhares de famílias em zonas tampão, à volta de um perímetro seguro, formando-se um escudo humano, de defesa do território. Esta situação tornou-se politicamente favorável para o Governo de Moçambique. Por um lado, porque diminui a população residente nas zonas de conflito e a capacidade de recrutamento dos grupos rebeldes, quer para fins militares, de fornecimento de informações, abastecimento alimentar, prestação de serviços de transporte ou sexuais. Por outro lado, porque cria mecanismos de atracção da assistência internacional, politicamente capitalizável pelo Governo. Processos de entrega de bicicletas foram transformados em comícios políticos, amplamente divulgados pelos *mass media*.

Contudo, o sentimento de insegurança não deixa de ser frequente entre as populações:

Em Pemba, Montepuez e Balama, assim como em Muidumbe, constata-se centenas de motorizadas em circulação sem matrícula, assim como um aumento de jovens agentes Mpesa ou envolvidos em serviços de táxi-mota. Em conversas informais revelam-se desconfianças de que se trata de viaturas roubadas ou de indivíduos com ligações aos grupos de insurgentes.

Numa situação de incerteza e de falta de informação cria-se um terreno fértil para a circulação de inúmeros boatos, de indivíduos suspeitos que arrendam casas, que recebem dinheiro de machababos ou de ataques eminentes.

Em Metuge, constata-se que as populações deslocadas realizam visitas frequentes aos locais de origem, para colher mandioca e trazer bens pessoais, como máquinas de costura, aparelhos de som ou painéis solares. A inevitável relação das populações com as zonas de origem, afectadas pelo conflito, alimenta sentimentos de desconfiança.

Numa situação de conflito, as autoridades militares estão em situação de alerta máximo, aumentando a desconfiança em relação à população.



#### 4. NOVOS REASSENTAMENTOS: RESOLVER UM PROBLEMA E CRIAR UM NOVO PROBLEMA

A situação de impasse militar, a impossibilidade de regresso das populações, no curto prazo, aos seus locais de origem, o início do período de campanha agrícola e o adivinhar das primeiras chuvas, com risco de inundações e cólera, pressionam o Governo da província de Cabo Delgado a promover um novo reassentamento populacional de centenas de milhares de deslocados nos distritos de Metuge, Ancuabe, Montepuez e Balama, entre outros. O reassentamento das populações em locais distantes das zonas de conflito, diminuindo a sua possibilidade de captura por grupos violentos, não deixa de continuar enquadrada numa estratégia militar.

Funcionários do governo e indivíduos deslocados são envolvidos em serviços voluntários de demarcação do território. Empresários locais são contratados, através de ajustes directos, para promover o desmatamento da região, contribuindo para a recuperação de alguns agentes económicos próximos do poder governamental, bastante afectados pela destruição e pela crise militar nos seus distritos de origem.

Da parte das famílias deslocadas foram registados testemunhos que apontam para a adopção de estratégias diferenciadas. Diversos deslocados solicitam um espaço onde pretendem cultivar e produzir, de forma a melhor se integrarem nos mercados. A possibilidade de obtenção de um terreno numa área do interior, conjugada com a tentativa de manutenção de terras nas zonas de origem, não deixa de constituir uma vantagem para muitos camponeses, assistindo-se a situações de envio de familiares para vários locais, diversificando o acesso a recursos. Outros revelam o desejo de regresso ao local de origem, onde abandonaram boas parcelas de terreno, residências, condições de acesso a recursos naturais (floresta, lenha e carvão, áreas produtivas ou recursos pesqueiros) e oportunidades de negócio. Entre estes foi evidente um discurso acerca de um plano oculto de retirar as populações dos seus locais de origem, sem direito a indemnização.

De qualquer das formas, a experiência histórica permite-nos prever que os reassentamentos populacionais são geradores de tensões sociais, relacionados com problemas de acesso a recursos naturais escassos (terras férteis, árvores de fruto, áreas para lenha e carvão, madeira para construção, ou pasto), com aumento de distâncias percorridas, com conflitos entre líderes tradicionais (os líderes deslocados perdem a sua capacidade de influência nos locais de destino), gerando-se tensões entre donos da terra (que assistem ao aumento da competição e com expectativa de receber rendas) e videntes (despojados dos seus recursos naturais, económicos e simbólicos). A situação é particularmente sensível para os mais desfavorecidos, nomeadamente os *epothas*, indivíduos sem terra e sem direitos políticos e económicos, dentro das estruturas consuetudinárias.

Desta forma, o reassentamento de dezenas de milhar de indivíduos levantará um conjunto de desafios ao Estado, em termos de:

- Realização de consultas comunitárias nos locais de reassentamento (prevendo a participação dos diferentes grupos locais), pagamento de indemnizações em respeito pela Lei, evitando situações de conflitos entre "*donos da terra*" e "*vientes*";
- Criação de mecanismos de garantia do acesso à terra nos locais de origem das populações deslocadas, desmistificando a ideia de existência de um plano oculto de expulsão das populações das zonas da costa, facilitando a penetração do grande capital e evitando pagamento de indemnizações;
- Garantir condições de acesso a recursos naturais (lenha, madeira, pasto) nos locais de destino, que terão maior densificação populacional;
- Construção de infra-estruturas de transporte e comunicação, água ou energia nos locais de reassentamento e garantir acesso aos mercados;
- Promover o acesso a serviços públicos a centenas de milhares de indivíduos, nomeadamente ao nível da educação, saúde ou de apoio a actividades económicas;
- Capacitação institucional, deslocação e formação de funcionários públicos nos novos distritos;
- Estímulo ao investimento privado, ao nível da agro-indústria e serviços (hotelaria e restauração, estabelecimentos comerciais, transportes, farmácias, etc.), com vista a promover a integração dos mercados e geração de empregos;

A capacidade de resposta do governo a este amplo desafio influenciará a satisfação ou o descontentamento das populações. O aumento de situações de pobreza entre populações deslocadas pode gerar situações de descontentamento e de aderência a grupos violentos, facilitando a respectiva penetração noutros distritos da província.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

O processo de deslocações forçadas vem agravando situações de diferenciação social. Apesar de terem perdido imensos bens, famílias com maiores recursos financeiros e capacidade de poupança (funcionários públicos, de empresas privadas ou de organizações não governamentais, assim como comerciantes) demonstraram maior capacidade de antecipação e acesso a serviços de transporte para evacuação de pessoas e bens, reinstalando-se nos centros urbanos de Pemba, Mueda, Montepuez ou Nampula. Por sua vez, os indivíduos com menos recursos e rede de contactos mais limitada tenderam a deslocar-se mais tardiamente, frequentemente a pé ou de barco, concentrando-se em centros de acolhimento a Sul, na cintura da zona de conflito e mais dependentes de assistência humanitária.



Com vista a diminuir os níveis de pobreza, promover a integração socioeconómica das populações e minimizar fontes de conflito propõe-se:

- Criação de mecanismos formais ou informais de garantia de acesso à terra por parte das populações nos locais de origem;
- Introdução da temática da protecção do acesso à terra nos discursos políticos, contribuindo para a diminuição da ansiedade das populações;
- Realização de parcerias com diversas organizações da sociedade civil, embaixadas e agências de ajuda multilateral, com vista à criação de centros de formação profissional nos vários distritos da província;
- Canalização de apoios para pequenos negócios nas áreas de produção alimentar (agrícola e pecuária), agro-transformação e comercialização, privilegiando mulheres e jovens, assim como grupos sociais marcados por longos sentimentos de estigmatização;
- Identificação e envolvimento de organizações moçambicanas com experiência demonstrada de intervenção comunitária e desenvolvimento socioeconómico;
- Apoio em insumos e ao nível da extensão agro-pecuária, envolvendo quadros com formação técnica e recursos tecnológicos, estreitando a relação entre a investigação e a extensão;
- Constituir programas de promoção para a saúde e prevenção de doenças, como COVID, HIV-SIDA, malária e diarreias;
- Reforço de uma comunicação não violenta, que enfatize a cooperação, explorando canais como as rádios e a televisão, as igrejas e as mesquitas.
- Promoção de canais de participação sociopolítica das populações, através da identificação de líderes e de associações locais (desportivas, culturais, religiosas, políticas, humanitárias, etc.) e promoção das respectivas actividades;
- Promover a cooperação entre confissões religiosas, evitar o sectarismo praticado por grupos religiosos e reconhecer o papel de todos os actores na construção sociopolítica do país.